



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ATRAVÉS DA ATIVIDADE EXTRATIVISTA
NA APA DO PRATIGI, BAHIA, BRASIL**

ROGÉRIO SANTOS DA CUNHA

URUÇUCA, 2011



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE ATRAVÉS DA ATIVIDADE EXTRATIVISTA
NA APA DO PRATIGI, BAHIA, BRASIL**

Por

ROGÉRIO SANTOS DA CUNHA

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

Prof. Dr. Eduardo Ditt
Prof. Msc. Rui Rocha
Prof. Dr. Zysman Neiman

**TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ECOLOGIA**

IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS

Ficha Catalográfica

Cunha, Rogério Santos da

Conservação da Biodiversidade Através da Atividade Extrativista na APA do Pratigi, Bahia, Brasil, 2011. 50 pp. Trabalho Final, Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável: IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

1. Conservação
2. Extrativismo
3. Comunidade
- I. Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ

BANCA EXAMINADORA

São Paulo, 16 de maio de 2011

Prof. Dr. Eduardo Ditt.

Prof. Dr. Zysman Neiman

Profa. Dra. Angela Pellin

DEDICATÓRIA

Este Trabalho é dedicado ao meu querido filho Rogério Ferreira Cunha.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua presença em minha vida;

Ao Professor Zysman Neiman, por sua dedicação durante a construção deste trabalho e por ser como Davi ao tirar a ovelha das garras do Leão;

A Paula Santos da Cunha, minha irmã e anjo da guarda, pelo apoio madrugadas a fio e por agüentar meus momentos de impaciência e ansiedade durante a construção deste trabalho;

A Eduardo Ditt, por seus conselhos e orientação;

A todos da ESCAS / IPE, em especial a Cristiana que com competência e paciência nos conduziu a este momento e ao Sr. Paraíso, por sua disposição para proporcionar o melhor ambiente para desenvolvermos os encontros deste mestrado.

A Edson Aragão Neto, pela motivação inicial e por me fazer acreditar que era possível;

Aos colegas deste mestrado pelos momentos de convivência e troca de experiências imprescindíveis para o crescimento de todos;

A minha Família pelo apoio incondicional e fundamental para alcançar mais esta vitória;

Aos moradores das comunidades de Jatimane e Boitaraca, pela prestatividade em fornecer as informações locais que ajudaram a fundamentar este trabalho;

A Erico Leite por sua disposição e ajuda com o sobrevôo, o que tornou possível as imagens aéreas;

Finalmente reintero o agradecimento a Deus pelas palavras sussuradas ao meu ouvido, as quais iluminam os meus caminhos.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	02
LISTA DE FIGURAS	03
RESUMO	05
ABSTRACT	06
1. INTRODUÇÃO	07
2. A QUESTÃO AMBIENTAL	13
2.1 Degradação Ambiental	14
2.2 A questão das comunidades tradicionais em Unidades de Conservação...	15
3. PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
4.1 Caracterização do município de Nilo Peçanha	19
4.1.1 Atividades Econômicas.....	19
4.1.2 Participação e Representatividade.....	20
4.1.3 Grau de Dependência das Famílias com as Áreas.....	20
4.1.4 Equipamentos Urbanos e Infra-estrutura.....	21
4.1.5 Aspectos sociais.....	22
4.1.6 Perfil Atual e Tendências Econômicas	23
4.2 Dados Obtidos a partir das entrevistas com moradores das comunidades de Jatimane e Boitaraca	24
4.2.1 Histórico de Formação das Comunidades.....	25
4.2.2 A Piaçava como Base Econômica.....	25
4.2.3 Grau de Dependência das Famílias com as áreas.....	27
4.3 Dados Obtidos a partir da análise de imagens de satélite, fotos aéreas e terrestres	28
4.3.1 Imagens de Satélite.....	28
4.3.2 Fotos Aéreas.....	32
4.3.3 Fotos Terrestres.....	33
4.3.4 Dados Obtidos a Partir do Estudo de Gabinete.....	36
5 CONCLUSÕES	41
6 REFERÊNCIAS	44

LISTA DE QUADRO

<u>Quadro</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Mamíferos de médio e grande porte existentes na APA do pratigi. Fonte: Flesher (2006)	37
Quadro 2 – Critérios de uso previstos no zoneamento da APA do Pratigi para Zona de Proteção da Piaçava. Fonte: BAHIA (2006)	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Entrevistas semi-estruturadas com moradores de Boitaraca e Jatimane. Foto: Paula Cunha.	24
Figura 2 – Preparo de pentes de piaçava na comunidade Jatemane. Foto: Paula Cunha.	26
Figura 3 – Peças de artesanato de fibra de piaçava da comunidade de Boitaraca. Foto: Rogério Cunha.	26
Figura 4 – Fragmentos de floresta em 1975. Fonte: Dados de carta topográfica da SUDENE (Escaneamento, Georeferenciamento, Interpretação Visual e Vetorização)	29
Figura 5 – Fragmentos de floresta (2010). Fonte: OCT (Dados obtidos através de interpretação visual e vetorização dos fragmentos florestais)	29
Figura 6 – Imagem de satélite LANDSAT 7: maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi em 2001. Fonte: arquivos da OCT.	30
Figura 7 – Imagem de satélite Spot 5: maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi em 2006. Fonte: arquivos da OCT.	31
Figura 8 – Imagem de satélite Rapid Eye: maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi em 2010. Fonte: arquivos da OCT.	31
Figura 9 – Vista aérea da parte costeira do maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi, com a comunidade de Jatimane no canto superior direito. Foto: Rogério Cunha.	32
Figura 10 – Vista aérea aproximada da parte costeira do maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi. Foto: Rogério Cunha.	32
Figura 11 – Árvore de Jataipeba em destaque e ao fundo Arvore de Piaçava. Foto: José dos Santos.	34
Figura 12 – Arvore de Piaçava produtiva ao fundo Arvore de grande porte. Foto: Rogério Cunha.	34
Figura 13 – Arvore de Maçaranduba com plantas jovens de Piaçava no entorno. Foto: Rogério Cunha.	35

Figura 14 – Área com interferência por plantio adensado de Piaçava. Foto: Rogério Cunha. 35

Figura 15 – Zoneamento da APA do Pratagi. Fonte: arquivos da OCT. 39

RESUMO

CUNHA, R. S. Conservação da Biodiversidade Através da Atividade Extrativista na APA do Pratigi, Bahia, Brasil. Dissertação (Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável – Ecologia) - Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, Bahia 2011.

O desmatamento reduziu drasticamente a Floresta Atlântica do Baixo Sul da Bahia, e para agravar este fato, esta região também enfrenta uma grande ausência de estudos publicados sobre seus recursos naturais. Na Área de Proteção Ambiental Estadual do Pratigi, destaca-se na paisagem, por seu tamanho contínuo, o fragmento de floresta localizado na parte costeira, é nesta área que estão localizadas as comunidades de Jatimane e Boitaraca, ambas remanescentes de quilombolas que tem no extrativismo da piaçava a sua principal atividade de trabalho e renda. Com o objetivo de encontrar subsídios para um estudo sobre etnoconservação da biodiversidade através da atividade extrativista no Baixo Sul da Bahia, com foco na APA do Pratigi, o presente estudo foi desenvolvido através das seguintes etapas: levantamento de informações constantes no Plano de Manejo da APA do Pratigi; análise de carta topográfica da SUDENE de 1975, e imagens de satélite de 2001, 2006 e 2010; sobrevôo da floresta de piaçava e coleta de fotos aérea e caminhada e coleta de fotos terrestres; e entrevistas com moradores das comunidades. Os resultados apontam que a floresta existente na parte costeira da APA do Pratigi, apesar de ter sofrido interferência se encontra em excelente estado de conservação e que a atividade de extrativismo da piaçava desenvolvida pelas comunidades de Jatimane e Boitaraca está diretamente ligada a este fato.

Palavras-chave: Conservação; Extrativismo; Comunidade

ABSTRACT

CUNHA, R. S. Evidence for the role of an extractive reserve for the conservation of biodiversity in the Baixo Sul region of Bahia. Master's Thesis (Professional Master's Degree in Biodiversity Conservation and Sustainable Development – Ecology) - Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, Bahia 2011.

Deforestation has drastically reduced the Atlantic Forest of southern Bahia. In addition to this, studies on the use of natural resources in the region are lacking. The State Environmental Protection Area (APA) of Pratigi is important because it protects a large contiguous coastal forest. Two historical quilombo communities, Jatimane and Boitaraca, are located within the protected area and the inhabitants make their living by extracting fibers of the piaçava palm (*Attalea funifera*) which is native to the forest. With the objective of discovering the role of ethno-conservation of biodiversity through extraction of piaçava fibers, this study was designed according to the following stages: a review of information found in the management plan of the APA of Pratigi; an analysis of the SUDENE (1975) topographical map of the region and satellite images from 2001, 2006, and 2010; an over-flight of the piaçava forest, aerial photos, and reconnaissance hikes and ground photos; and through interviews with local residents from the two communities. The results show that although the coastal forest has suffered centuries of human exploitation, the forest is in an excellent state of conservation and that this is the direct result of the extractive practices of the Jatimane and Boitaraca communities

Key words: Conservation, Extractive Reserve, Community

1. INTRODUÇÃO

A utilização desmedida e mal planejada dos recursos naturais tem contribuído ao longo dos anos para a degradação ambiental, com destaque para contaminação e redução da capacidade hídrica dos rios e o desmatamento que culmina na fragmentação das florestas, promovendo a modificação e redução do habitat natural de uma diversidade de formas de vida.

A Floresta Atlântica, dotada de uma diversidade de ambientes florestais e ecossistemas associados (Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Decidual, manguezais, restingas, campos de altitude, brejos interioranos, entre outros), e detentora de um dos maiores índices de diversidade biológica do planeta, encontra-se fortemente ameaçado pelos constantes desmatamentos. Este Bioma, que antes cobria cerca de 15% do território brasileiro, com uma área aproximada de 1.306.421 km², começou a sofrer graves intervenções humanas, as quais a conduziram a degradação de cerca de 92% da sua cobertura florestal original (NEIMAN, 1989). Desta forma, hoje reduzida a 7,84% cerca de 102.000 km², a Floresta Atlântica encontra-se como o segundo ecossistema mais ameaçado de extinção do planeta, atrás apenas das florestas da ilha de Madagascar na África.

O Estado da Bahia tem passagem inegável na história da Mata Atlântica, não só pelo fato de ter sido um dos primeiros pontos de colonização do Brasil, mais também por ter durante vários anos, sido o principal pólo de exploração madeireira, principalmente do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Dos seus iniciais 20.354.548 hectares (o equivalente a quase 36% do território baiano), restam apenas 1.263.175 hectares, e isso representa somente cerca de 6% de sua cobertura original (BRASIL, 2000; FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2004). O sul do Estado encontra-se dividido em sub-regiões geográficas: Baixo Sul, Sul e Extremo Sul. Dentre estas a região do Extremo Sul foi a que apresentou os maiores índices de degradação, pois em apenas 52 anos os remanescentes florestais foram quase que totalmente dizimados. Já a Região Baixo Sul, localizada na porção central da costa do Estado, mesmo bastante agredida pela exploração madeireira, mantêm até hoje, uma faixa territorial de grande relevância ambiental, por ainda manter significativos fragmentos

de remanescentes de Floresta Atlântica, os quais integram ricos ecossistemas como fragmentos de florestas, manguezais e campos de restinga. Ante este quadro, ganha relevância a criação de áreas protegidas que garantam a perpetuação deste e de outros biomas para as gerações futuras.

A preocupação com as áreas naturais é algo que está presente já há algum tempo nas discussões globais. O marco histórico foi a criação em 1872 do Parque Nacional de Yellowstone nos Estados Unidos. Foi concebido com o objetivo de assegurar suas áreas naturais para a humanidade presente e futura, e assim protegê-las das atividades humanas. Em 1923 em Bruxelas, ocorreu o Iº Congresso Internacional para a Proteção da Natureza, que sugeriu a criação de uma entidade internacional para a proteção dos recursos naturais. Contudo, devido à IIª Guerra Mundial, somente em 1948 foi criada a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), foi durante a conferência em Fontainebleau, por proposta da UNESCO e da França.

O desmatamento praticado no Brasil, quando comparado com dados de outros países, coloca o país como um dos que menos destruiu suas florestas. Segundo Miranda (2007), o Brasil mantém cerca de 69,4% de suas florestas primárias e avançou, na totalidade das florestas mundiais, de 9,8% para 28,3%. Esses dados reforçam o pensamento e responsabilidade a cerca da criação e manutenção de políticas que garantam a perpetuidade destes índices com vistas a manter o equilíbrio natural. Entre estas políticas, a criação de Unidades de Conservação (UCs) configura-se como um importante instrumento de planejamento da paisagem.

Foi no ano de 1937 que o Brasil criou seu primeiro parque nacional, o Parque Nacional do Itatiaia (RJ/MG). Posteriormente em 1939 foram criados mais dois Parques Nacionais (do Iguaçu e da Serra dos Órgãos). A partir de 1972 os parques passam a ser criados com mais frequência.

Pádua (1978, p.84) argumenta, no entanto, que

As primeiras Unidades de Conservação foram criadas sem nenhum tipo de critério técnico e científico, ou seja, foram estabelecidas meramente em razão de suas belezas cênicas, como foi o caso do Parque Nacional de Iguaçu, ou por algum fenômeno geológico espetacular, como o Parque Nacional de Ubajara, ou ainda, por puro oportunismo político como o Parque Nacional da Amazônia.

Possivelmente as dificuldades de gestão de muitos parques no Brasil, podem ser reflexo dessa criação desordenada e sem critérios ocorridos no início desta prática, contudo cabe salientar, que mesmo com grandes dificuldades são de fundamental importância tais áreas preservadas.

A lei nº 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs. Estabeleceu-se que elas seriam agrupadas em duas categorias: Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

Pela Resolução CONAMA nº 10/1988, as Áreas de Proteção Ambiental – APA's são consideradas Unidades de Conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Área de Proteção Ambiental ocupa superfície em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A Área de Proteção Ambiental do Pratigi – APA do Pratigi - é uma Unidade de Conservação localizada no Baixo Sul da Bahia, que foi criada através do Decreto Estadual nº 7.272/1998. Detém uma grande variedade de ecossistemas, nos quais existem muitas espécies endêmicas da região, como a jataipeba (*Brodriguesia santosi*), espécie de valor econômico, anteriormente submetida à intensa exploração por madeireiros. É gerida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado da Bahia, através da superintendência de Políticas Florestais, Unidades de Conservação e Biodiversidade, e da Diretoria de Unidades de Conservação.

A APA abrange os municípios de Ituberá, Igrapiúna, Ibirapitanga, Nilo Peçanha e Pirai do norte. Originalmente, a APA do Pratigi, possuía cerca de 48.746 ha, e tinha como limites ao norte com o canal do rio dos Patos, ao sul com o canal de Pinaré, a leste o oceano Atlântico e a oeste a BA 001 (SUDETUR/CRA/IDES, 2001).

O Decreto Estadual nº 8.036/2001 alterou a poligonal da APA do Pratigi, a qual passou a abranger os municípios de Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Pirai do Norte e Ibirapitanga, acrescentando 36.940 ha, passando a ter uma área total de 85.686 ha.

A sua ampliação teve como justificativas a proteção as áreas estuarinas e proteção dos corpos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Juliana. Este rio, que tem nascente na região da Serra do Papuan, Município de Ibirapitanga, e é alimentado por vários tributários durante todo o seu percurso até chegar a sua foz no Canal do Serinhaém, é um dos responsáveis por manter viva toda a diversidade de espécies vegetais e animais que compõe o complexo estuarino desse canal.

O Território Baixo Sul do Estado da Bahia é uma das regiões de mais antiga colonização no Brasil. Começou a ser ocupado em meados do século XVI. Recortado por ilhas e estuários, coberto por grandes remanescentes de Mata Atlântica, a Costa do Dendê encontra-se localizado no Baixo Sul da Bahia, Território composto por 11 Municípios de pequeno porte, com características ambientais, sócio-econômicas e culturais bastante semelhantes, e com uma população total de quase 260 mil habitantes.

A área focal deste estudo está localizada na região costeira da APA do Pratigi, de administração do Governo do Estado da Bahia, e encontra-se ocupada por extensas faixas de piaçaveira (*Attaleia funífera*). A região pertence aos municípios de Nilo Peçanha, ao norte, e Ituberá, ao sul. Constitui-se como uma região litorânea com a presença de restinga, mangue e florestas.

Além da Piaçava, ainda se explora muito dendê e coco na região de florestas, atividades que mantêm a maioria dos moradores da região. Em geral, as áreas pertencem a proprietários de fora, donos das maiores florestas de piaçava, e os trabalhadores locais vivem na forma de meia com a exploração da piaçava. Estas áreas são exploradas, através de sistemas de extrativismo, atividade de importância

socioeconômica por gerar trabalho e renda, pelas seguintes comunidades quilombolas tradicionais da região:

- **Boitaraca** é uma comunidade remanescente de Quilombos localizada ao norte da área, no município de Nilo Peçanha. Atualmente vivem aproximadamente 20 famílias e segundo informações locais o povoado vem diminuindo com a migração para o estudo e trabalho em outras regiões. A extração da piaçava é a atividade predominante entre as famílias locais, além da pesca em algumas famílias. São representados por uma associação local e estão inseridos em um projeto de formação de cooperativa de piaçaveiros na região. Apesar de possuírem terras de onde tiram suas produções de piaçava, a produção não sustenta todas as famílias o ano todo, e assim compram piaçava em bagaço para beneficiarem localmente. A associação se organiza também para fins políticos, com a reivindicação de programas públicos estaduais e federais de apoio.
- **Jatimane** é um povoado remanescente de quilombolas presente no município de Nilo Peçanha, centro-sul da área de estudos. Atualmente abriga 70 famílias segundo informações locais, que trabalham com piaçava, sendo a maioria delas retiradas em fazendas que não mais as pertencem. Executam quase todas as etapas de beneficiamento da produção, menos a fabricação de vassouras. Algumas famílias plantam e vendem dendê, pescam e possuem pequenos bares. Abriram uma escola municipal de Ensino Fundamental e um posto de saúde com enfermeira. Recebem visitas esporádicas de turistas de passagem para a Praia do Pratigi.

Atualmente é baixa a densidade ocupacional da área, e em geral a população destas comunidades se constitui de famílias simples com baixo poder aquisitivo, vivendo do trabalho direto com os recursos naturais da área. Alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos nestas comunidades pela Fundação Odebrecht em parceria com a Cooperativa das Produtoras e Produtores da Área de Proteção Ambiental do Pratigi –

COOPRAP, com o objetivo de fortalecer a produção de artesanato e comercialização dos produtos da piaçava beneficiados localmente.

É neste contexto que se desenvolveu o presente estudo. A escolha da área foi realizada tendo em vista a verificação dos fatores que contribuíram para que na APA do Pratigi, em sua porção costeira, um grande maciço florestal, se mantivesse quase que com o seu tamanho original durante aproximadamente os últimos de 40 (quarenta) anos. Comparando-se as imagens produzidas a partir do mapeamento de 1975 realizado com a Carta Topográfica da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) da área de abrangência da APA do Pratigi com imagens atuais (LANDSAT 7 de 2001, SPOT V, fusão RGB, com 5 metros de resolução espacial, de Julho de 2006 e Rapid EYE com 5 metros de resolução espacial de março de 2010), fica evidente que ocorreu neste período uma grande perda do maciço florestal em toda região da APA. Entretanto, analisando as mesmas imagens, fica evidente também, que a degradação florestal na região do entorno das comunidades quilombolas de Jatimane e Boitaraca, em comparação as demais áreas da Unidade, quase que não ocorreu. Formulou-se, então a seguinte hipótese: o fato das comunidades de Jatimane e Boitaraca realizarem o extrativismo da piaçava nativa nesta região contribuiu para a conservação das florestas da parte costeira da APA do Pratigi?

Ao longo dos anos, a utilização dos recursos naturais, inclusive no interior de Unidades de Conservação, tem provocado interferências danosas ao equilíbrio natural, devido à retirada da cobertura do solo e a conseqüente perda de biodiversidade por processos erosivos. Entretanto, autores como Diegues (1996, 2000), defendem que a existência de comunidades tradicionais realizando, como meio de sobrevivência, o extrativismo desses recursos naturais, contribui para a sua conservação.

Vários trabalhos de pesquisa em todo o mundo destacam a contribuição das comunidades tradicionais para a conservação dos locais onde residem, principalmente em estudo sobre conflitos socioambientais gerados pela criação de Unidades de Conservação. Para Ferreira (2002),

“Dentre as inúmeras contribuições relativas à abordagem do conflito como resultado da invasão/rearranjo social de grupos sociais

homogêneos há uma larga, porém desigual, produção sobre populações humanas em parques, onde geralmente encontra-se um item sobre conflitos sociais, por pura pressão empírica, mas sem conteúdo analítico. Há ainda pesquisas sobre gestão participativa de UCs, como mecanismo preferencial de mediação de conflitos. Vale mencionar pesquisas sobre conflitos entre a cultura caiçara e direito de posse e uso de recursos naturais em parques; ou sobre a oposição entre tradição e modernidade.”

Como em outras UCs, não há estudos nessa direção na APA do Pratagi, desta forma cabe verificar *in loco* o grau de conservação do fragmento de floresta de piaçava. Neste intuito, o presente estudo foi realizado com o objetivo de encontrar subsídios para apoiar futuros estudos sobre etnoconservação da biodiversidade através da atividade extrativista na APA do Pratigi.

Durante a realização do trabalhos desenvolveu-se a verificação da compatibilidade de uso de recursos naturais com atividades econômicas e conservação; a caracterização das comunidades de Jatimane e Boitaraca sob os aspectos socioeconômicos, e de ocupação do território em que se encontram; a verificação da existência de manejo participativo e arranjos produtivos; e o mapeamento do grau de conservação e uso do solo através de imagem de satélite de alta resolução.

2. A QUESTÃO AMBIENTAL

Comumente associa-se meio ambiente apenas ao espaço natural, local que deve ser apreciado, preservado e que está além do ser humano. No entanto, se faz necessário o entendimento mais profundo destes vocábulos que sugerem espaço ao redor ou em torno de um centro¹. Segundo a resolução do CONAMA nº 306/2002², Meio Ambiente é o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Além disso, é possível dizer que o meio ambiente não só abriga

¹ Na ótica etimológica, o termo ambiente vem do verbo *ambire*, que significa ir à volta, ou tudo o que vai à volta. Comumente o termo meio é usado sem a palavra ambiente, mas contemplando igual significado.

² Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais - Data da legislação: 05/07/2002 - Publicação DOU nº 138, de 19/07/2002, págs. 75-76 Conselho Nacional do Meio Ambiente.

como também, faz parte dos elementos que o compõe, sejam estes não-vivos (elementos abióticos) ou seres vivos (elementos bióticos), sobretudo, do ser humano.

Meio Ambiente é o conjunto dos elementos abióticos (físico-químicos) e bióticos (flora e fauna), organizados em diferentes ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro das leis da Natureza e de padrões de qualidade definidos (COIMBRA, 2002. p. 32).

Sendo assim, o meio ambiente engloba aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais. A presença humana atribui uma amplitude histórica ao meio ambiente, através da cultura. O que o ser humano constrói também se inclui no meio ambiente, ou seja, ele não é constituído apenas pelos ecossistemas, mas também pelos sistemas sociais. A Constituição Federal abrange a magnitude do meio ambiente quando trata não apenas do ambiente natural, mas também do ambiente cultural, artificial e do trabalho³.

2.1 Degradação Ambiental

A expressão degradação ambiental é *“usada para qualificar os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais”* (VEROCAI, 1997, p.63). Guerra e Guerra (1997, p. 184) afirmam que a degradação ambiental,

“é a degradação do meio ambiente, causada pelo homem, que, na maioria das vezes, não respeita os limites impostos pela natureza”. E ainda ressaltam que a degradação ambiental é ainda mais ampla que a degradação do solo “pois envolve não só a erosão dos solos, mas

³ O meio ambiente pode ser classificado em: natural, formado pelo solo, pela água, pelo ar, pela flora, a fauna e por todos os demais elementos naturais responsáveis pelo equilíbrio entre os seres vivos e o meio em que vivem (art. 225, caput e §1º, da CF/88); cultural, composto pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, científico e pelas sínteses culturais que integram o universo das práticas sociais das relações de intercâmbio entre homem e natureza (arts. 215 e 216 da CF/88); artificial, constituído pelo conjunto de edificações, equipamentos, rodovias e demais elementos que formem o espaço urbano construído (arts. 21, inciso XX; 182 e ss.; e 225 da CF/88); e do trabalho, integrado pelo conjunto de bens instrumentos e meios, de natureza material e imaterial, em face dos quais o ser humano exerce as atividades laborais (art. 200, inciso VIII, da CF/88).

também a extinção de espécies vegetais e animais, a poluição de nascentes, rios, lagos e baías, o assoreamento e outros impactos prejudiciais ao meio ambiente e ao próprio homem”.

Enquanto as modificações causadas pelos outros seres da natureza são assimiladas pelos mecanismos dos ecossistemas, a ação humana possui a capacidade de desequilibrar-los, sendo por tanto, o homem com suas atividades um voraz agente degradador. Dentre as atividades humanas com potencial de degradação do meio ambiente, destaca-se o manejo impróprio do solo, seja em áreas rurais ou urbanas. Dentre as práticas de manejo inadequadas ressalta-se o desmatamento e a queimada das matas, uma vez que constituem alterações no meio físico, gerando modificações das condições preexistentes para a que se apresenta e interferindo na manutenção do equilíbrio dinâmico natural.

2.2 A questão das comunidades tradicionais em Unidades de Conservação

Os processos de implantação de Unidades de Conservação no Brasil historicamente ignoraram a importância das comunidades tradicionais, sem considerar que o pensamento do outro em sua originalidade é portador do que Lévi-Strauss (1989) chama de “ciência do concreto”, como expressão do “pensamento selvagem”.

Como atualmente vivemos uma crise do pensamento, que nos impõe a construção de novos paradigmas que questionem os padrões dominantes e proponham uma nova relação entre o ser humano e a natureza, deve-se valorizar tanto os conhecimentos técnico-científicos, quanto a incorporação de saberes seculares e milenares, para que se estabeleça um novo projeto de sociedade

dotado de conteúdo cósmico e histórico, produzido numa relação íntima e direta com a natureza. (...) Está-se referindo a todo um saber mítico, simbólico, cultural e patrimonial que comunidades tradicionais dos mais diversos tipos vêm produzindo em simbiose com os ciclos produtivos e naturais, em relação de profundo respeito ao meio em que se inserem. O conhecimento que possuem sobre os ecossistemas dos quais fazem parte e sobre a diversidade de espécies que ali habitam constitui um verdadeiro patrimônio de que a modernidade não pode prescindir para a continuidade da vida no planeta (CUNHA, 2006, p. 75).

Ou ainda, como nos propoém Leff (2001),

(...) isso implica a necessidade de desconstruir a racionalidade que fundou e construiu o mundo, no limite da razão modernizadora que a conduziu a uma crise ambiental, para gerar um novo saber no qual se reinscreve o ser no pensar e se reconfiguram as identidades, mediante um diálogo de saberes (encontro, enfrentamento, entrecruzamento, hibridação, complementação e antagonismo) na dimensão aberta pela complexidade ambiental para o reconhecimento e re-apropriação do mundo (LEFF, 2001: pp. 188-189).

Desta forma, ganha força a ideia de “etnoconservação”, defendida por diversos autores, dentre os quais se destaca Diegues (2000), que defende a legitimidade da gestão de recursos desenvolvida de forma tradicional pelas comunidades, entendendo que natureza faz parte da história. Para o autor,

“(...) a valorização do conhecimento e das práticas de manejos dessas populações deveria constituir uma das pilastras de um novo conservacionismo nos países do Sul. Para tanto deve ser criada uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – o científico e o local – são igualmente importantes” (DIEGUES, 2000: pp. 41-42).

Reconhecer a riqueza do patrimônio cultural e incorporá-lo aos processos de gestão de Unidades de Conservação requer uma mudança de mentalidade administrativa que não vinha sendo a tônica entre os órgãos responsáveis e seus técnicos.

No Brasil, comunidades tradicionais e indígenas vêm encontrando dificuldades para terem reconhecidos seus direitos territoriais. Entretanto algumas iniciativas do governo federal estão gerando mudanças, que favorecem estes povos. Instaurou-se uma Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que realizou encontros e oficinas dos quais se destaca o Iº Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, em agosto de 2005. Tais iniciativas deram origem a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, decreto n º 6.040/2007.

As comunidades tradicionais, por deterem, em muitos casos, parte da verdadeira cultura do povo brasileiro, preservando-a e valorizando-a, e contribuindo

com isso, também, com a preservação dos recursos naturais são de grande valia no contexto das Unidades de Conservação.

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, comunidades tradicionais são

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto nº 6040/2007, art 3-I).

Os conflitos entre gestão de parques e comunidades tradicionais são algo constante, pois, segundo o SNUC, áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Considerando que estas comunidades normalmente já estão povoando estas áreas muito antes da implantação de alguns parques, torna-se uma missão difícil para elas compreender a razão pela qual devem deixar o local onde toda sua ascendência viveu.

Outro conflito que vale menção refere-se à utilização dos recursos naturais, uma vez que a mesma deve ser executada de maneira a causar mínimo impacto. Contudo muitas famílias vivem dos recursos extraídos das Unidades de Conservação, como no caso da venda de espécies e extração de madeira para construção de residências. A necessidade de controlar esse uso é um conceito que nem sempre é compreendido pelas comunidades. Com isso, surgem discussões de como deve ser o manejo adequado desses recursos e quais locais poderão ser explorados.

Apesar de sugerido por Diegues (1996, 2000) a conservação dos recursos naturais oriundos de atividade extrativista humana (etnoconservação) ainda não foi claramente demonstrada em estudos empíricos. O presente estudo visa contribuir nesse sentido.

3. PROCEDIMENTOS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS

Os procedimentos adotados durante a realização deste estudo levaram em consideração observações pessoais adquiridas durante os últimos anos de trabalho relacionados às questões ambientais do Baixo Sul da Bahia e em especial a APA do

Pratigi: Atividades desenvolvidas de incursões de campo realizadas na região nos anos de 2001 a 2010; experiências acumuladas durante a coordenação do Sub Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Baixo Sul da Bahia; além de pesquisa bibliográfica em raros trabalhos publicados sobre a biodiversidade desta região, principalmente o Plano de Manejo da APA, que apresenta um importante levantamento de características biológicas e sociais.

Para análise do grau de conservação da área florestada da parte costeira da APA do Pratigi, foi utilizado o Plano de Manejo da APA do Pratigi. Este documento, além de conter informações sobre as características da fauna e flora local, também proporcionou uma verificação dos tipos de uso previstos no seu Zoneamento Econômico Ecológico o qual foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente da Bahia no ano de 2006.

Junto às secretarias de Cultura, Educação, Infra-estrutura e de Administração do município de Nilo Peçanha e a Câmara Municipal de Vereadores, foi realizado um breve levantamento das características socioeconômicas do município. Para obtenção dos dados, foi encaminhado solicitação das informações através de ofício, e posteriormente estas foram analisadas em gabinete. As informações obtidas com a comunidade também foram consideradas durante a verificação da área *in loco*, o que ocorreu através percurso em trilhas por onde as comunidades realizam a retirada da piaçava nativa do campo. Durante a realização desses percursos terrestres, foram feitas fotografias de fisionomias da paisagem em campo que pudessem apresentar o grau de conservação ou não das características da Floresta Atlântica. Para cada imagem foi realizada a verificação da coordenada geográfica, visando obter posteriormente a distribuição das mesmas na área em que foi realizado o levantamento. Outro meio de verificação do grau de conservação da área foi o uso de fotos e imagens aéreas retiradas durante o mês de novembro de 2010. Através destas imagens foi possível verificar o grau de conectividade da área e a existência ou não de clareiras e/ou áreas com adensamento de piaçava. Por fim foram utilizadas imagens de satélite de alta resolução visando à confirmação dos dados obtidos em campo e detalhamento do tamanho, das possíveis alterações ocorridas e demais informações determinantes do grau de conservação do fragmento.

A metodologia utilizada para a coleta de dados junto às comunidades de Jatimane e Boitaraca foi a entrevista semi-estruturada. A opção por esta ferramenta se deu em virtude desta possibilitar uma ampla coleta de informações e permitir ao entrevistado discorrer sobre o tema questionado, sem se preocupar com condições e respostas pré-fixadas pelo pesquisador. Para MINAYO (1992)

"a entrevista... é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos... e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas" (p. 109-110).

As entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro com questões abertas que nortearam a condução do estudo. De acordo com Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada parte de certos questionamentos básicos que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Na condução das entrevistas buscou-se o diálogo circular, em outras palavras, foi permitida ao entrevistado a livre construção de suas respostas, contudo, o entrevistador buscou reconduzir o diálogo para o foco temático da pesquisa (GIL, 1987).

A fim de dinamizar o processo, as entrevistas foram gravadas em áudio, para posterior transcrição, respeitando sempre as opiniões dos informantes e apresentando-as da forma mais fiel possível, conforme Vergara (2006) e Gomes (2007). Posteriormente, iniciou-se a análise dos dados contidos nos depoimentos através de leitura crítica. Foi mantido o anonimato dos entrevistados por questões éticas da pesquisa, sendo sua divulgação autorizada pelos mesmos, desde que garantida essa condição.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Caracterização do município de Nilo Peçanha

4.1.1 Atividades Econômicas

Entre as atividades econômicas identificadas na região, se destacam:

- a. **Piaçava:** a principal atividade praticada entre os povoados do interior. Para muitas famílias a única fonte de renda. Em geral se extrai e manufatura a piaçava nos povoados da região. Existe uma forte separação entre trabalho masculino e feminino – “os homens catam e as mulheres beneficiam”. Poucas famílias possuem terras com matas de piaçava, e a produção está condicionada a possibilidade de extração da piaçava das fazendas da região. Na maioria dos casos o trabalho é realizado na forma de “meia” com os proprietários de fazendas nas florestas, em sua maioria “de fora”. A produção é comercializada por atravessadores que distribuem para várias regiões do país, principalmente o sudeste;
- b. **Pesca e Mariscagem:** apesar de pouco representativa a pesca e a mariscagem são praticadas por muitos moradores, principalmente para consumo e venda local;
- c. **Turismo:** ainda pouco significativo na região, o turismo vem sendo influenciado pelo desenvolvimento turístico do povoado da Praia de Pratigi.

4.1.2 Participação e Representatividade

Em todos os povoados encontram-se organizadas associações de moradores ou associação de pesca ou de pequenos produtores. Em geral estas associações reivindicam, além de melhorias para os povoados, apoio para o desenvolvimento das atividades produtivas locais. As associações são representativas localmente e em alguns casos contam com apoios de programas e políticas públicas governamentais. Muitos dos produtores locais reclamam do preço praticado para suas produções, e acreditam que a cooperativa pode contribuir na valorização de seus trabalhos.

4.1.3 Grau de Dependência das Famílias com as Áreas

Pelo o que pôde ser observado, é grande a dependência das famílias com as áreas que ocupam, não só em função da consolidação da moradia e atividade econômica, como na dependência das relações sociais e comunitárias estabelecidas

localmente. Em geral, todas as famílias vivem de atividades de exploração de recursos naturais da região, o que faz delas ainda mais dependentes localmente.

4.1.4 Equipamentos Urbanos e Infra-estrutura

- a. **Educação:** os povoados abrigam escolas municipais de Ensino Fundamental. A continuidade do ensino ocorre nos distritos sede dos municípios, e o transporte geralmente é oferecido pelas prefeituras.
- b. **Saúde:** os povoados abrigam postos de saúde onde se recebe mensalmente a visita de médicos e enfermeiros. Os municípios mantêm também Agentes de Saúde nos povoados.
- c. **Saneamento Básico:** o saneamento básico é considerado pelas comunidades locais um dos maiores problemas. Apesar de haver em alguns povoados redes coletoras de esgoto, o mesmo não é tratado e poucas casas estão ligadas a estas redes, muitas delas sem banheiros. Algumas casas usam fossas sépticas para tratamento do esgoto, mas é minoria. O abastecimento de água é precário em todos os povoados, sendo comum o abastecimento de uma caixa central que distribui para a maioria das casas sem nenhum tratamento. Em alguns casos a própria comunidade cuida de manutenções esporádicas da limpeza da caixa e do tratamento da água. O lixo é coletado pelas prefeituras e lançados em lixões ou buracos para serem queimados na região, sem qualquer tratamento.
- d. **Energia Elétrica:** os povoados visitados recebem energia elétrica distribuída pela COELBA, empresa baiana de distribuição de energia.
- e. **Transporte:** atualmente pode-se percorrer toda a região por estradas de asfalto e de chão. No interior da área de restinga, o acesso às comunidades de Barra do Serinhaém e Rio do Campo pode ser feitos a partir de caminhos sobre a restinga ou pela praia, no entanto o deslocamento é realizado por barcos pela Barra do Serinhaém, com apoio da prefeitura e de barqueiros locais. Segundo informações, o PRODTUR pretende construir uma estrada na região de restinga para facilitar o acesso às comunidades de Rio do Campo e Serinhaém para promoção do turismo, mas segundo o Plano de Manejo da APA do Pratigi a área é considerada Zona de Proteção de Vida Silvestre, o que impediria sua

construção. São poucas as linhas de ônibus que oferecem transporte coletivo na região. Ao norte circulam duas linhas, a Bom Despacho x Cairú, e a Barra do Carvalho x Valença. Além das linhas regulares a população conta também com caronas e pequenos transportes alternativos de moradores locais. Ao sul tem a linha Ituberá x Pratigi, e alguns ônibus e vans fazendo transporte alternativo. A BA-001 passa o entorno da área, sendo uma via importante para o turismo e a circulação de mercadorias na região. A estrada Nilo Peçanha – Cairú encontra-se em condições precárias.

4.1.5 Aspectos sociais

- a. Comércio local:** em todos os povoados existem pequenos mercados e bares para atendimento da população local.
- b. Atual Utilização das Terras:** a habitação é a principal utilização das terras na região, seguido do plantio de piaçava, coco e dendê.
- c. Atores Locais e Grupos de Interesse:** foi identificada a atuação de diferentes instituições na região pesquisada, entre elas: Associações comunitárias locais; Associações de Pesca dos Povoados; Prefeitura Municipal de Nilo Peçanha; Prefeitura Municipal de Ituberá; AMUBS – Associação dos Municípios do Baixo Sul; Fundação Odebrecht; IDES – Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul; OCT – Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia; CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S. A.
- d. Conflitos, Forças e Tensões Sociais:** Caça – comum em todos os povoados da região. Segundo informações locais, as famílias caçam porque estão acostumadas com a carne da caça e pela falta de consumo de outras carnes. A atividade da piaçava proporciona a circulação de pessoas pelas florestas da região, o que proporciona a facilidade da caça local; Extração Ilegal de Madeira e Areia – segundo o movimento ambientalista local é grande a preocupação com a extração de areia e madeira realizada nas florestas e restingas da região; Carcinicultura – recentemente um proprietário de São Francisco montou alguns tanques para a criação de camarão na região. Por não estar legalizado o

empreendimento não prosperou, no entanto, outros investidores estudam a possibilidade de instalação das fazendas de camarão na região pelas condições favoráveis a este tipo de empreendimento. Tanto o movimento ambientalista regional quanto às comunidades locais se preocupam com os impactos da atividade nos mangues locais; Ocupação Irregular – atualmente a Praia do Pratigi tem sido assediada pela ocupação irregular de um loteamento e casas ao longo da faixa de praia.

4.1.6 Perfil Atual e Tendências Econômicas

Nilo Peçanha é um município litorâneo situado no Sul do Estado da Bahia, com 385,38 km² de área, fazendo limite com os municípios de Cairú, Taperoá, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Gandú, Piraí do Norte, Ituberá e o Oceano Atlântico. Tem como altitude máxima 20 metros e encontra-se a 289 km da Capital, Salvador.

Em Nilo Peçanha, o valor do *Fundo de Participação dos Municípios* em 2005 foi de 3.386.632,55 reais, e o *ITR – Imposto Territorial Rural* - do mesmo ano foi de 4.232,40 reais. A receita orçamentária realizada pelo município para o ano de 2003 foi de 8.156.442,87 reais.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁴ (IDH-M) de Nilo Peçanha apresentou pequeno aumento no *ranking* estadual quando comparado os anos de 1991 e 2000, passando de 381 a 329 no Estado da Bahia, mesmo apresentando leve aumento em sua categorização. Para o ano de 1991 o índice era de 0,453 categorizados como baixo. Já para 2000 o índice foi de 0,592, categorizado como médio. No *Ranking* nacional sua posição foi de 4.816 em 2000, dos 5.560 municípios existentes.

⁴ “O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto”. (site: www.undp.org.br)

4.2 Dados Obtidos a partir das entrevistas com moradores das comunidades de Jatimane e Boitaraca.

As entrevistas realizadas nas comunidades quilombolas de Jatimane e Boitaraca revelaram dados referentes às questões históricas, culturais, econômicas, sociais e da inter-relação destas com o espaço natural.

Durante o levantamento dos dados foram entrevistados moradores das comunidades de Jatimane e de Boitaraca (Figura 1), sendo 50% de cada comunidade. Em relação à atividade de trabalho, 10% dos entrevistados desempenhavam funções ligadas ao artesanato; 50% tinham funções ligadas ao extrativismo (colheita) e 40% ao beneficiamento da piaçava. Ainda entre os entrevistados, 30% tinham idade entre 20 e 30 anos; 60% tinham idade entre 31 e 60 anos e 10% acima de 60 anos de idade. Também vale ressaltar que 70% dos entrevistados eram do sexo masculino e 30% do sexo feminino. Entre os participantes da entrevistas, estavam os presidentes de associações que, além de desenvolver atividades de trabalho ligadas ao extrativismo e beneficiamento da piaçava, também tem a função de coordenar as associações de suas comunidades. Desta forma, foram coletadas impressões de públicos variados, o que permitiu uma leitura mais próxima da realidade das comunidades e ao mesmo tempo foi possível perceber que existe um nivelamento das informações entre os moradores. As entrevistas, também revelaram que as comunidades de Boitaraca e Jatimane possuem modos de vida equivalentes. Este fato foi evidenciado a partir da similaridade das respostas.



Figura 1 - Entrevistas semi-estruturadas com moradores de Boitaraca e Jatimane. Foto: Paula Cunha.

4.2.1 Histórico de Formação das Comunidades

De acordo com os relatos dos entrevistados, o histórico de existência da comunidade de Boitaraca antecede ao de Jatimane sendo que a primeira foi formada a mais de 120 anos. Ainda segundo os entrevistados, a ocupação em Boitaraca se deu por um único grupo familiar que ao longo dos anos se multiplicou e agregou outros membros, o que resultou na subdivisão das áreas. Posteriormente, parte destes se mudou para a região chamada de Porto Velho, região mais costeira, e só depois se deslocaram mais a cima em busca de uma área mais ampla em que pudessem construir suas moradias, localidade em que hoje se encontra a comunidade de Jatimane.

4.2.2 A Piaçava como Base Econômica

Segundo os relatos, a base econômica das comunidades esta pautada em torno da piaçava, com mais de 70% das famílias desenvolvendo alguma atividade relacionada à mesma. Atividades de geração de renda como pesca, mariscagem e serviços ligados ao turismo também foram encontradas, entretanto sem grande expressividade.

A distribuição de trabalho entre homens e mulheres é marcante: aos homens cabe a responsabilidade de realizar o extrativismo propriamente dito da piaçava, e envolve a realização da colheita e o transporte para a comunidade; já às mulheres compete à realização do beneficiamento inicial da piaçava, e nesta etapa é realizada a limpeza com separação da fibra da casca (fita). Ainda no processo de beneficiamento, é comum nas comunidades o preparo de pentes de piaçava (Figura 2) para a construção de quiosques e a confecção de artesanatos (Figura 3) da fibra da piaçava. Os pentes são feitos de forma coletiva, envolvendo mão de obra masculina e feminina, já o artesanato e uma atividade exclusivamente desenvolvida por mulheres.

Dentre as propriedades onde se realiza a extração da piaçava umas áreas pertencem aos próprios moradores da comunidade e outras a proprietários de outras localidades, nestas o extrativismo é feito através do sistema de “meia”, onde a produção é dividida entre o extrator e o proprietário, já o beneficiamento é pago por

produção. Nas áreas que pertencem aos próprios moradores a extração é feita pelos próprios donos em sistema de permuta de dias de trabalho e após o beneficiamento a piaçava é vendida a atravessadores, o que torna a lucratividade baixa. Nesse sentido há na comunidade o desejo de não mais depender destes, negociando diretamente com os grandes compradores.



Figura 2 – Preparo de pentes de piaçava na comunidade Jatemane. Foto: Paula Cunha.



Figura 3 – Peças de artesanato de fibra de piaçava da comunidade de Boitaraca. Foto: Rogério Cunha,

A produção do artesanato é entregue a COOPRAP - Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da APA do Pratigi assim, os artesões lucram de acordo com a sua produtividade, no entanto ainda relatam que a renda é baixa e que os valores pagos pelas peças destoam dos pagos pelos compradores à cooperativa.

4.2.3 - Grau de Dependência das Famílias com as Áreas.

Pelo o que pôde ser observado, é grande a dependência das famílias com as áreas que ocupam, não só em função da consolidação da moradia e atividade econômica, como na dependência das relações sociais e comunitárias estabelecidas localmente. Em geral, todas as famílias vivem de atividades de exploração de recursos naturais da região, o que faz delas ainda mais dependentes localmente.

Interessante perceber o grau de organização e interdependência também na realização do trabalho uma vez que, segundo relatos de moradores, em sua grande maioria a colheita da piaçava é realizada através de permuta de dias de trabalho. Desta forma, esta é desenvolvida com alternância das propriedades. Importante destacar que desta forma eles se ajudam mutuamente e tornam nulos problemas ligados a questões trabalhistas.

Durante as entrevista ficou claro que existe o entendimento entre os moradores das comunidades de que a floresta deve ser preservada por ser sua principal fonte de renda. Como revelado neste depoimento:

“É algo de muito valor, muitos desejam ter uma área como nos temos aqui, a qual demonstra ser uma riqueza pro mundo. Hoje nós temos em nossas mãos e precisamos saber o que temos valorizar e conservar, se já é conservado temos que conservar mais ainda”.

Quando questionados a respeito de fatores relacionadas a modificações na área da floresta por práticas de desmatamento e ou plantio de outras culturas, os entrevistados revelaram que o fato de não ter desmatado para plantar a piaçava esta ligado a característica da floresta já possuir a piaçava nativa, revelando também que os animais realizam a dispersão natural da semente da piaçava contribuindo para a manutenção e ampliação das áreas. Isso fica evidente em depoimentos como:

“Não precisa plantar não, a piaçava sempre existiu aí, foi Deus quem plantou, Deus e os bichos da mata, que enterram a coco da piaçava para comer e depois esquecem aí a planta cresce sozinha e se espalha pelas áreas. Então digamos assim o ‘arubu’ ele pega o coco de dendê com o bico e sai voando ai aquele caroço cai lá, ele nasceu lá, foi ele que plantou não foi eu e nem ninguém que plantou não, foi o passarinho que plantou”.

Ainda segundo os entrevistados, não foram plantadas outras culturas pelo fato do solo ser ‘fraco’ arenoso, o que dificultaria o desenvolvimento de outros cultivos.

Mesmo demonstrando a consciência da necessidade de conservar as áreas florestais, percebe-se nos relatos que esta foi construída mais sob a influência da percepção da dependência em relação à mata para a manutenção da oferta de trabalho e geração de renda para comunidade, do que pela preservação em si. Como pode ser confirmado pelo seguinte relato:

“se fosse desmatado, a piaçava não estaria produzindo e traria dificuldade para as pessoas da comunidade, pois a floresta mantém o trabalho dos moradores”.

4.3 Dados Obtidos a partir da análise de imagens de satélite, fotos aéreas e terrestres.

4.3.1 – Imagens de Satélite

Levantamento e Sistematização das informações: constituiu no levantamento e na seleção de informações georreferenciadas disponíveis sobre a APA do Pratigi e passíveis de utilização na elaboração dos indicadores ambientais. Os dados disponíveis e/ou produzidos para a pesquisa foram sistematizados em um banco de dados georreferenciados e gerados em três formas de processamento: armazenamento e ou conversão de dados digitalizados; digitalização de cartas temáticas existentes; interpretação a partir de sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite).

Através da interpretação do mapeamento de 1975 realizado com a Carta Topográfica da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi possível verificar a existência na época de grandes fragmentos florestais em toda

poligonal da APA do Pratigi (Figura 4). Neste período existiam aproximadamente 93.000 hectares de florestas. Imagens do satélite Rapid EYE de 2010 adquiridas pela Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia (OCT) mostram que houve uma perda de mais de 30.000 hectares de floresta nesta mesma região (Figura 5). Entretanto, é notória a permanência quase que intocada de parte das florestas na porção costeira desta APA. Essa imagem recente demonstra a fragmentação e desconectividade da floresta localizada na área mais ao fundo do continente, e evidencia que na região litorânea um bloco de aproximadamente 16.000 hectares se manteve conservado e de forma contínua.



Figura 4 – Fragmentos de floresta em 1975. Fonte: Dados de carta topográfica da SUDENE (Escaneamento, Georreferenciamento, Interpretação Visual e Vetorização)



Figura 5 – Fragmentos de floresta (2010). Fonte: OCT (Dados obtidos através de interpretação visual e vetorização dos fragmentos florestais)

A partir desta evidência de conservação ocorrida na região costeira da APA do Pratigi, foi realizada uma busca por dados que permitissem verificar se a conservação da área se manteve ao longo dos últimos anos como observado a princípio. Foram utilizadas três imagens de satélite, sendo uma de 2001, outra de 2006 e uma terceira de 2010. Como mecanismo de medida da existência de interferência ou não na área do fragmento costeiro foi realizado o cruzamento das imagens, sendo que a primeira teve como base uma imagem do Satélite LANDSAT 7 de 2001, com 5 metros de resolução espacial (Figura 6), a segunda imagem do Satélite SPOT V, fusão RGB, com 5 metros de resolução espacial, de Julho de 2006 (Figura 7), e a terceira imagem utilizada foi a do Satélite Rapid EYE de março de 2010 com 5 metros de resolução espacial (Figura 8). Atualmente segundo estas imagens o tamanho da área do fragmento das florestas mistas de piaçava é de 15.300 hectares.

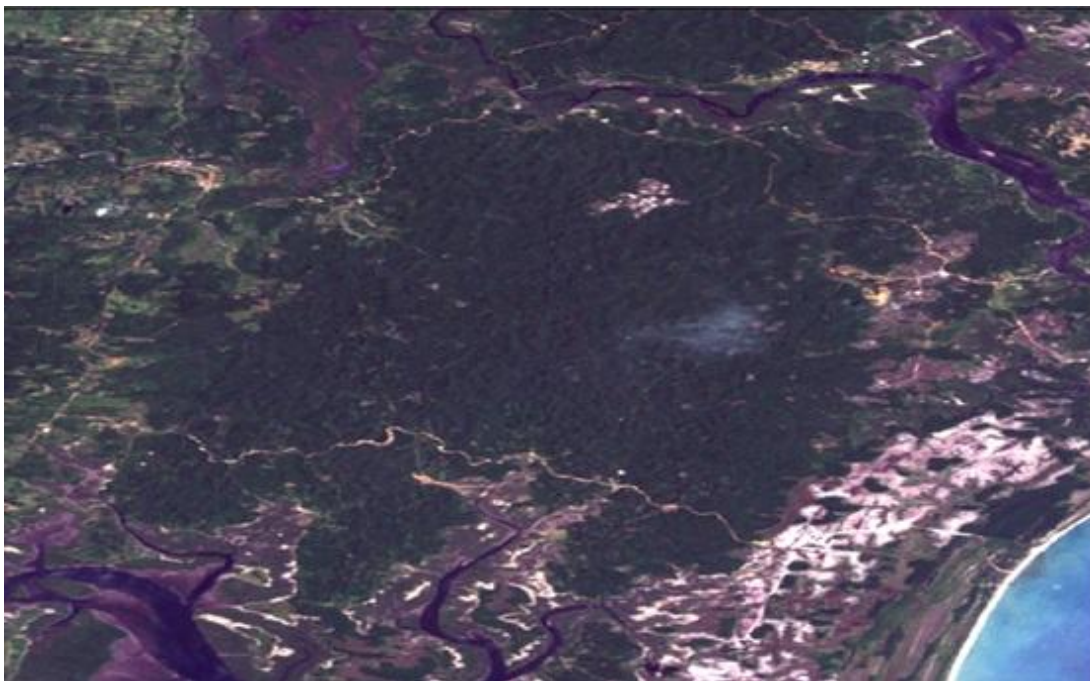


Figura 6 – Imagem de satélite LANDSAT 7: maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi em 2001.
Fonte: arquivos da OCT.



Figura 7 – Imagem de satélite Spot 5: maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi em 2006.
Fonte: arquivos da OCT.



Figura 8 – Imagem de satélite Rapid Eye: maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi em 2010.
Fonte: arquivos da OCT.

4.3.2 Fotos Aéreas

Outro instrumento de registro do grau de conservação do espaço foi realizado através de foto-imagem aéreas colhidas no mês de novembro de 2010 (Figuras 9 e 10).



Figura 9 – Vista aérea da parte costeira do maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi, com a comunidade de Jatimane no canto superior direito. Foto: Rogério Cunha.



Figura 10 – Vista aérea aproximada da parte costeira do maciço de floresta de piaçava da APA do Pratagi. Foto: Rogério Cunha.

A Figura 10 ilustra, com aproximação, a presença de grande quantidade de espécimes de piaçava no meio da floresta. Análises terrestres confirmaram que a concentração maior da espécie é encontrada em trechos de maior elevação.

4.3.3 Fotos Terrestres

Para a obtenção de fotos terrestres da área do fragmento de floresta mista com piaçava, foram utilizadas como via de acesso as trilhas já existentes e utilizadas pelas comunidades para a locomoção até as áreas de colheita, com o acompanhamento de moradores das duas comunidades. As imagens foram registradas em dezembro de 2010, e seu objetivo é a verificar da condição de conservação da floresta.

Pode-se observar que a floresta encontra-se em bom estado de conservação, apresentando árvores de grande porte como a jataipeba (*Brodriguesia santosii*) (Figura 11), Piaçava (*Attalea funifera*) (Figura 12) Maçaranduba (*Manilkara huberi*) (Figura 13), dentre outras.

A presença de piaçava em alguns trechos de forma mais adensada (Figura 14) que em outros demonstra que a comunidade realizou transformações na distribuição da espécie na floresta. No entanto, comparado com outros trechos da APA, a integração da atividade extrativista com o equilíbrio da floresta parece mais evidente.

Além disso, vale ressaltar que, mesmo adensada por atividade humana, a piaçava é uma espécie nativa da região, e aparentemente bem adaptada a este trecho da floresta, uma vez que não é encontrada em áreas adjacentes se não for artificialmente introduzida.

Ante o cenário de degradação da Floresta Atlântica em todo o Estado da Bahia, esta área, sem dúvida, se destaca como um bom exemplo de conservação, a despeito da sua utilização secular pela comunidade ali presente

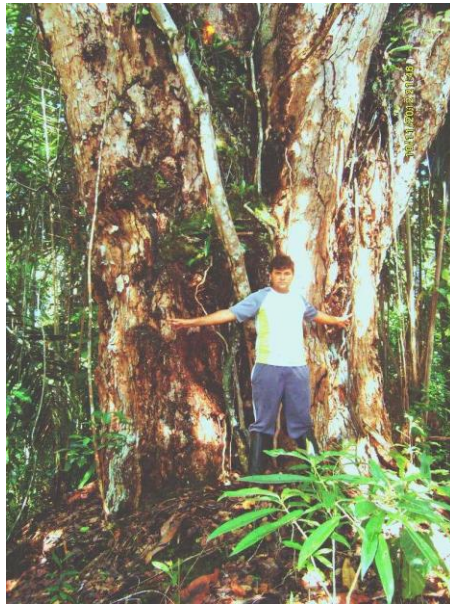


Figura 11 – Arvore de Jatapéba em destaque e ao fundo Arvore de Piaçava. Foto: José dos Santos.



Figura 12 – Arvore de Piaçava produtiva ao fundo Arvore de grande porte. Foto: Rogério Cunha.



Figura 13 – Arvore de Maçaranduba com plantas jovens de Piaçava no entorno. Foto: Rogério Cunha.



Figura 14 – Área com interferência por plantio adensado de Piaçava. Foto: Rogério Cunha.

4.3.4 Dados Obtidos a Partir do Estudo de Gabinete

Referente às áreas de floresta com a presença de piaçava nativa, durante análise de informações, o Plano de Manejo da APA do Pratigi apresenta os dados de fauna e flora envolvendo as restingas e a área envolvendo as florestas de piaçava, citadas também por outros pesquisadores como restinga de piaçava.

Estudos realizados visando à ampliação da APA do Pratigi registraram na parte costeira e estuarina / manguezais 85 espécies de peixes de 41 famílias, 66 espécies de anfíbios, 63 espécies de répteis (Semarh, 2004). Entre as espécies encontradas podemos citar o Jararaca-tapete (*Bothrops pirajai*), o qual é endêmico da Bahia. Também foram encontradas 5 espécies de tartarugas marinhas, entre as quais merece destaque a Tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriácea*), a qual é criticamente ameaçada (ibid).

Ainda evidenciando a riqueza da biodiversidade na APA do Pratigi, também foram registradas 77 espécies de mamíferos de 8 ordens, muitas ameaçadas de extinção como o Macaco-prego-de-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*), Preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), Jupara (*Potos flavus*) e Ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*), também foram encontradas 270 espécies de aves de 50 famílias, entre estas foram encontradas varias espécies ameaçadas de extinção, tais como: Mutum-de-bico-vermelho (*Crax blumenbachii*), Rabo-branco (*Phaetornis margaritta*), Anambé-de-asa-branca (*Xipholena atropurpurea*), Coroinha (*Carduelis yarelli*), João-baiano (*Synallaxis cinérea*), Rabo-amarelo (*Tripophaga macroura*), Formigueiro-de-cauda-ruiva (*Myrmeciza ruficauda*), Macucinho-baiano (*Scytalopus psychopompus*), Choquinha-de-rabo-cintado (*Myrmotherula urostica*) e Rabo-de-palha (*Phaeton aethereus*) (ibid.).

Segundo (Flesher, 2006), as áreas de restinga da APA do Pratigi abrigam ainda espécies de mamíferos de médio e grande porte (quadro 1), nesta mesma área, uma revisão bibliográfica dos levantamentos biológicos disponíveis até 2006 permitiu somar para a região de Tinharé Boipeba, incluindo Pratigi, 54 espécies de anfíbios (8 endêmicos da Mata Atlântica), 45 répteis (10 endêmicos e 2 ameaçados), 389 aves (32 endêmicas e 17 ameaçadas) e 71 mamíferos (5 endêmicas e 10 ameaçados) (Driades, 2007a).

Quadro 1 – Mamíferos de médio e grande porte existentes na APA do pratigi. Fonte: Fleisher (2006)

MAMIFEROS DE MEDIO E GRANDE PORTE DAS RESTINGAS DO PRATIGI	
Espécies	Nome Comum
<i>Dasypus novemcinctus</i>	Tatu verdadeiro
<i>Euphractus sexcinctus</i>	Tatu peba
<i>Cabassouus uncinatus?</i>	Tatu rabo-de-sola ou rabo-mole
<i>Dasypus septemcinctus</i>	Tatuí
<i>Bradypus torquatus</i>	Preguiça-de-coleira
<i>Tamandua tetradactyla</i>	Tamandua
<i>Didelphis aurita</i>	Sariguê preto
<i>Didelphis albiventris</i>	Sariguê
<i>Callithrix penicillata</i>	Nico
<i>Cerdocyon thous</i>	Raposa
<i>Nasua nasua</i>	Quati
<i>Procyon cancrivorus</i>	Guaxinim, guara, mão-pelada
<i>Potos flavus</i>	Jupara
<i>Eira barbara</i>	Papamel
<i>Lontra longicaudis</i>	Lontra
<i>Herpailurus yaguarondi</i>	Gato-mourisco
<i>Leopardus tigrinus</i>	Gato-mamonha
<i>Leopardus wiedii</i>	Gato-maracajá
<i>Puma concolor</i>	Sussuarana
<i>Mazama americana</i>	Veado
<i>Pecari tajacu</i>	Caitetu
<i>Hydrochoeris hydroch.</i>	Capivara (raro)
<i>Dasyprocta agouti</i>	Cutia
<i>Cuniculus paca</i>	Paca
<i>Sciurus aestuans</i>	Papacoco
<i>Coendou insidiosus</i>	Ouriço-amarelo
<i>Chaetomys subspinosus</i>	Ouriço-preto
<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Coelho

Mesmo sendo uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a APA do Pratigi, em seu Plano de Manejo, apresenta um zoneamento ecológico-econômico com ênfase na preservação e uso sustentável dos seus recursos naturais. Nesse zoneamento é possível observar que na parte costeira da APA aproximadamente 33% da área possui objetivo de preservação e conservação, 47% com restrições de uso sustentável, e somente 20% permitem o desenvolvimento das atividades antrópicas

controladas. As características ambientais do local e seu grau de conservação e fragilidade foram os fatores determinantes para que o zoneamento tivesse tal viés (BAHIA, 2006).

Sendo o documento que determina as normas de uso e ocupação do solo localizado na poligonal da APA, o Zoneamento Econômico-Ecológico fornece as normas em graus distintos de proteção que devem ser aplicadas na gestão da área a fim de cumprir o seu conteúdo normativo específico (IBAMA, 2001). No caso da floresta de piaçava da APA do Pratagi foi definido uma Zona de Proteção que foi estendida para além deste fragmento (Figura 15 e Quadro 2), com intuito de preservar seus espaços e proteger seus sistemas naturais e patrimônio cultural existente. Devido ao grande número de espécies encontrado, bem como ao alto grau de preservação das características ecológicas da Floresta Atlântica nesta Zona, optou-se por adotar controle muito rigoroso para manter a expansão ou conservação da biodiversidade.

Mapa de Situação: Planície Litorânea do Pratigi / Ecopolo 3 - 20/09/2010

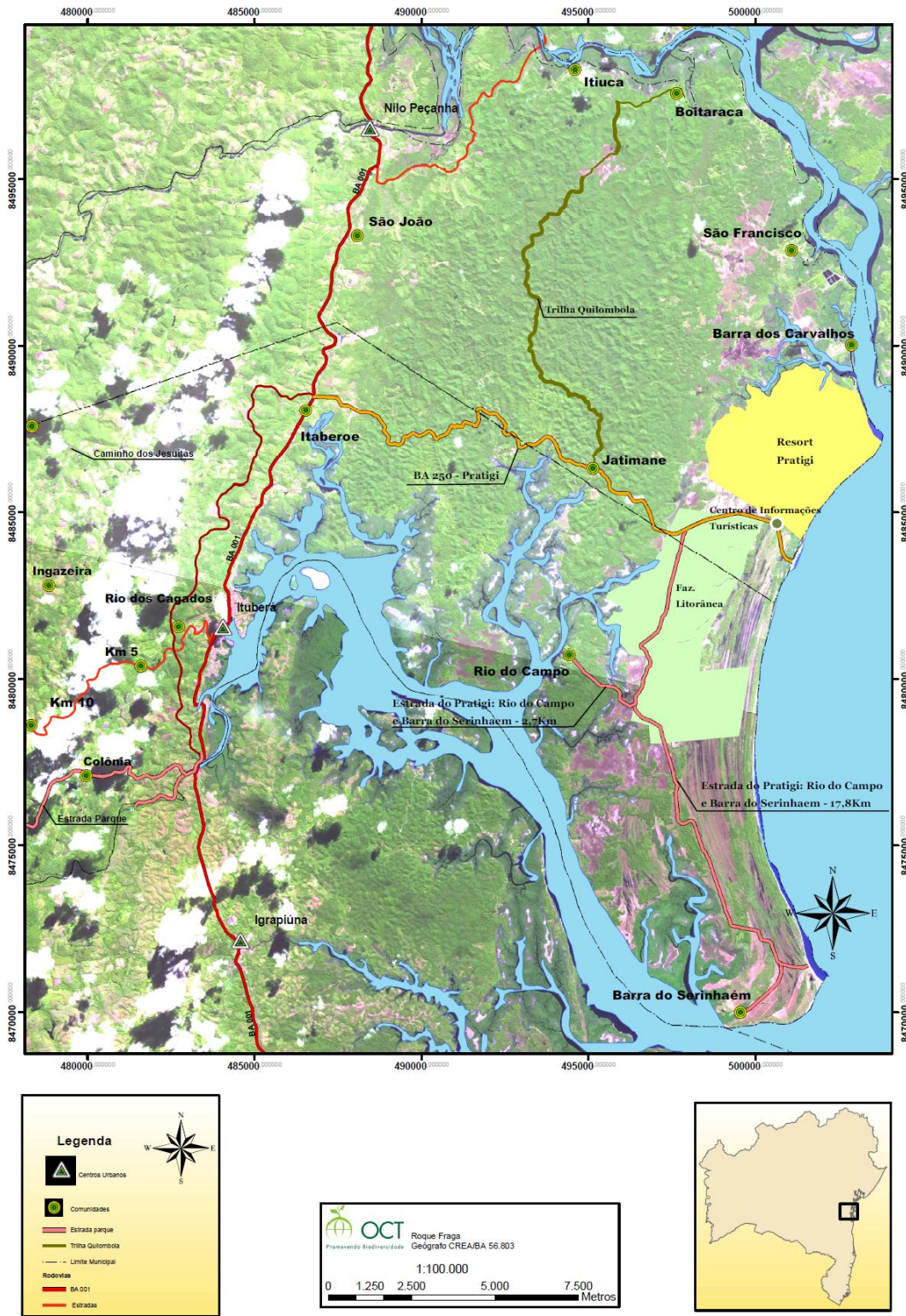


Figura 15 – Zoneamento da APA do Pratigi. Fonte: arquivos da OCT.

Quadro 2 – Critérios de uso previstos no Zoneamento da APA do Pratigi para Zona de Proteção da Piaçava. Fonte: BAHIA (2006)

ZONA DE PROTEÇÃO DA PIAÇAVA - ZP 4			
INDICAÇÕES DE USO			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERMITIDOS	TOLERADOS	PROIBIDOS
<p>Proteger e recuperar os remanescentes de floresta ombrófila, campos de restinga, manguezais, nascentes e córregos.</p> <p>Garantir a sustentabilidade sócio-econômica ambiental das atividades extrativistas da piaçava, dendê e de mariscos.</p> <p>Propiciar o estabelecimento de um Corredor Ecológico.</p> <p>Proteger, conservar e manejar adequadamente os recursos histórico-arqueológicos.</p> <p>Incentivar a educação ambiental e o ecoturismo.</p>	<p>Uso extrativista da piaçaveira com técnicas de manejo adequadas.</p> <p>Uso técnico-científico com estrutura de suporte administrativo não superior a 0,02% da área.</p> <p>Atividade turística de baixo impacto.</p> <p>Habitação unifamiliar.</p> <p>Comunitário 1 e 2.</p> <p>Agricultura/pecuária familiar.</p> <p>Manutenção das atividades agrícolas já existentes.</p> <p>Piscicultura e aqüicultura de micro porte.</p>	<p>Expansão da agricultura familiar desde que em áreas degradadas e legalmente compatíveis.</p> <p>Implantação de equipamentos turísticos de pequeno porte (pousadas), localizadas em áreas já degradadas.</p> <p>Instalação de infra-estrutura de apoio à atividade extrativista da piaçava, piscicultura e aqüicultura (galpões, casa sede) em locais já delimitadas pelo antropismo e não superior a 0.1% da área.</p> <p>Comércio/serviços de pequeno porte.</p> <p>Indústria de beneficiamento de micro e pequeno porte, dos produtos extrativistas existentes, em locais delimitados.</p> <p>Reflorestamentos com espécies exóticas em áreas degradadas, em até 30 ha, ocupando no máximo 10% da área total da propriedade.</p>	<p>Proibido a supressão da vegetação nativa.</p> <p>Habitação multifamiliar.</p> <p>Comunitário 3.</p> <p>Comércio e Serviços de médio e grande porte.</p> <p>Indústrias a partir de médio porte</p> <p>Mineração.</p> <p>Agricultura/Pecuária Extensiva.</p> <p>Expansão das atividades agrícolas existentes.</p> <p>Atividades turísticas de alto impacto.</p> <p>Empreendimentos turísticos de médio e grande porte.</p> <p>Loteamentos.</p> <p>Piscicultura e aqüicultura a partir de pequeno porte.</p> <p>Implantação de novas estradas e rodovias, exceto em caso de serem decretadas como de utilidade pública e aprovada pelo CEPRAM.</p>

5 – CONCLUSÕES

Mesmo com quase sua totalidade de território em Unidades de Conservação, são muito raros os estudos publicados a cerca dos recursos naturais do Baixo Sul da Bahia. Este fato gerou grande dificuldade na construção deste trabalho, mesmo o Plano de Manejo da APA do Pratigi é carente de informações específicas dos ecossistemas existentes nesta unidade.

O mapeamento de 1975 – SUDENE e as imagens de satélite obtidas pela OCT são muito ilustrativas do grau de conservação obtido no fragmento referente à Zona de Proteção da Piaçava na APA do Pratigi, principalmente no trecho próximo às comunidades de Boitaraca e Jatimane.

A conservação desta área também foi constatada pelas imagens de satélite mais recentes (2001, 2006 e 2010), que comprovam a permanência quase inalterada da área de floresta neste fragmento, em comparação com as demais áreas do entorno que tiveram alta taxa de degradação. A conservação também pode ser confirmada pelas fotografias aéreas e terrestres recolhidas durante este estudo.

Quando comparados os dados obtidos em campo visualmente com os levantamentos realizados pelo Plano de Manejo, constatou-se um elevado grau de preservação de espécies da Floresta Atlântica, a despeito do intenso uso deste fragmento para a extração de piaçava. E, que existe a necessidade de desenvolver estudos mais aprofundados sobre esta área, o que poderia ampliar significamente o seu grau de importância para a conservação, visto que as características fitofisionômicas desta floresta não são observadas em outros espaços desta região.

Este estudo também demonstra que a atividade tradicional de extrativismo da piaçava realizada pelas comunidades de Jatimane e Boitaraca na APA do Pratigi teve papel determinante para a conservação da biodiversidade da floresta mista com piaçava. Tal constatação vai de encontro ao que defende diversos autores que estudam os conflitos socioambientais decorrentes da criação de Unidades de Conservação em áreas originalmente ocupadas por comunidades tradicionais.

Para Ferreira (2004), o paradigma da criação e manutenção de redes de áreas protegidas integradas ao contexto regional onde se inserem vem substituir gradualmente o paradigma de conservação baseado na “exclusão humana” apenas a partir da década de 1980. Isso porque a antiga abordagem naturaliza os sujeitos sociais e restringe o direito daqueles que vivem em área legalmente protegidas, sendo portanto uma política excludente (FERREIRA, 1996, 1999). As comunidades presente na APA do Pratigi são bons exemplos de que esta nova visão não contraria os princípios de conservação da biodiversidade almejados quando da criação de UCs.

Ferreira (1996) relativiza os interesses de grupos sociais pelo uso da floresta e dos ecossistemas a ela associados e aponta que, ao contrário dos anseios dos especialistas em conservação e das ONGs ambientalistas que defendem sua preservação integral, e dos empresários do setor imobiliário, madeireiro, empreiteiras, grupos de sem terra, dentre outros, para os quais as áreas protegidas são impedimento às suas atividades, as coletividades que vivem em seus domínios, como é o caso dos quilombolas da APA Pratigi, apresentam ainda uma economia bastante dependente da floresta, dos mangues, restingas, e outros ecossistemas. Mesmo com essa dependência, e talvez justamente por ser ela o requisito de sua sobrevivência, a conservação da floresta assume caráter prioritário nos hábitos extrativistas dessas comunidades. Para além de uma “consciência ecológica”, a conservação dos ecossistemas torna-se ato corriqueiro e fundamental para a continuidade de sua sub-existência. De qualquer forma, mesmo por essa via, a necessidade de preservação, requisitada pelos grupos conservacionistas, está razoavelmente garantida.

No âmbito mundial, muitos países, incluindo o Brasil, seguem diretrizes estabelecidas pelo documento intitulado Estratégia Mundial para Conservação da Natureza (UICN, 1980), que desmistifica a pretensa incompatibilidade entre a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais, defendendo que isto seja desenvolvido através da manutenção dos processos ecológicos, da preservação da diversidade biológica e da utilização sustentável das espécies e dos ecossistemas pelas comunidades que deles necessitam para a sobrevivência.

Desde o IV Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em Caracas (janeiro de 1992), estabeleceu-se a importância das populações

tradicionais para o desenvolvimento de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, uma vez que ficou reconhecido o papel positivo desempenhado por essas populações na conservação dos ecossistemas, antes de sua transformação em UCs e mesmo após o estabelecimento destas.

Como defende a Estratégia Mundial para a Conservação (UICN,1984), estas comunidades tradicionais da APA do Pratigi têm um conhecimento detalhado e profundo da floresta com a qual estão em contato, e utilizam métodos extrativistas que garantiram a conservação da mesma até os dias atuais. Essa característica é muito importante quando se busca as contribuições específicas que a criação de áreas protegidas podem dar no sentido de resolução de problemas que são de interesse tanto para as comunidades quilombolas ali presentes, quanto para a administração desta Unidade de Conservação.

As informações construídas com a participação das comunidades de Jatimane e Boitaraca demonstram uma forte relação destas com a floresta de piaçava. Desta forma o conhecimento sobre os ciclos oriundos desta relação, Homem x Floresta, devem ser ampliados com vistas a garantir a manutenção e conservação tanto da floresta como das atividades de trabalho e renda das comunidades.

A realização deste trabalho permitiu uma maior aproximação e diálogo com o Governo do Estado, podendo futuramente, as informações aqui contidas, subsidiar programas e projetos do Estado para criação de uma Reserva Extrativista – RESEX nesta área. Da mesma forma, junto a representantes do empreendimento turístico Fazenda Barra dos Carvalhos, os quais demonstraram disposição para ampliar os estudos em sua propriedade com o objetivo de criar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN com mais de 1100 hectares.

6 - REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tânia, PEREIRA, Carlos Alberto Claro, ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. 2. ed. São Paulo: ITESP: Página e letras, 2000.

BAHIA. CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS (CRA). **Plano de Manejo da APA do Pratigi**. Salvador, 2000.

BAHIA. SEMARH/SFC/ECOSSISTEMA. **Área de Proteção Ambiental do Pratigi: Plano de Manejo, Zoneamento Ecológico Econômico, Plano de Gestão (Área Ampliada)**. Salvador, 2006.

CAMARGO, A. L. de B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. Florianópolis, 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

COIMBRA, J. de A. A. **O outro lado do meio ambiente: uma incursão humanista na questão ambiental**. Campinas, SP: Millenium, 2002.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. 2002. **Resolução Conama nº 306**. Disponível em: < www.mma.conama.gov.br/conama > Acesso em 30/10/2010.

CUNHA, L. H. O. **Identidade Caiçara: entre o local e o global**. São Paulo: NUPAUB, 2006.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação** (Org). São Paulo: Hucitec, 2000.

Dríades (Instituto). (2007a). **Reunião de Planejamento de Pesquisa Biológica e Elaboração de Banco de Dados Biológicos Secundários. Relatório de Consultoria para a Equipe Técnico-científica do MMA para ampliação da Rede de Unidades de Conservação no Sul da Bahia**. Projeto GCF/CI Brasil/Associação Flora Brasil. Fábio C. Falcão & Sofia Campiolo, coord. Instituto Dríades. Ilhéus.

Dríades (Instituto). (2007b). **Pesquisas biológicas para fundamentação da criação de novas Unidades de Conservação no Sul da Bahia. Relatório de Consultoria para a Equipe Técnico-científica do MMA para ampliação da Rede de Unidades de Conservação no Sul da Bahia**. Projeto GCF/CI Brasil/Associação Flora Brasil. Fábio C. Falcão & Sofia Campiolo, coord. Instituto Dríades. Ilhéus.

FERREIRA, Lúcia C. **A Floresta Intransitiva: conflitos e negociações na Mata Atlântica, SP**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1996.

_____. Debates Socioambientais. CEDEC. Ano 5, no. 13. São Paulo, 1999.

_____. *et al.* **Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP**. *Idéias*. 8(2): 115-150, 2002.

- FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 5-29, 2004.
- Flesher, K.M. 2006. **Explaining the biogeography of the medium and large mammals in a humandominated landscape in the Atlantic forest of Bahia, Brazil**: Evidence for the role of agroforestry systems as wildlife habitat. Doctoral thesis, Rutgers University, N.J.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.
- GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 652 p.
- IANNI, Otávio. **As metamorfoses do Escravo**, Ed. Hucitec, SP, 1988.
- IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS). **Roteiro Metodológico para a Gestão de Área de Proteção Ambiental (APA)**. Brasília: Ed IBAMA, 2001.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: **O Pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.
- LIMA, M. D. V.; RONCAGLIO, C. **Degradação socioambiental urbana, políticas públicas e cidadania. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n. 3, p. 53-63, jan./jun. 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio em pesquisa: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC – ABRASCO, 1992.
- MOORE, A.; ORMAZÁBAL C. **Manual de planificación de sistemas nacionales de áreas silvestres protegidas en América Latina: metodología y recomendaciones**. Santiago; FAOPNUMA; 1988.
- MOORE, A.; ORMAZÁBAL C. **Manual de planificación de sistemas nacionales de áreas silvestres protegidas en América Latina: metodología y recomendaciones**. Santiago; FAOPNUMA; 1988.
- MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**, Ed. Brasiliense, SP, 1981a.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**, Ed. Ciências Humanas, SP, 1981b.
- NEIMAN, Zysman. **Era Verde? Ecossistemas brasileiros ameaçados**. São Paulo: Ed. Atual-Saraiva, 1989.
- NUNES, Jean Carlos da Rosa. Aspectos destacados da norma insculpida no Artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição Brasileira de 1988. (Dissertação de **Mestrado**), Florianópolis (SC), Maio de 2000, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Categorias de Unidades de Conservação – Objetivos de Manejo. **Boletim FBCN**, 1978.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas. Tese (**Doutorado** em Sociologia)–UnB, Brasília, ago. 2007

SILVA, E. A. da; TELLES, J. D. L. **Novas tecnologias em cartografia no estudo do meio ambiente**. In: Encontro Nacional dos Centros de Referência do Movimento de Cidadania Pelas Águas. 4. Petrópolis, **Anais...**, CREA-RJ/SESC DE NOGUEIRA. 2002.

STUCCHI, Deborah; OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo N.; CHAGAS, Miriam F.; BRASILEIRO, Sheila dos S. Laudo Antropológico. Comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. In ANDRADE, Tânia (ed.) **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. São Paulo, ITESP. 2000.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 174p.

UICN - **Estratégia Mundial para Conservação**: A Conservação dos Recursos Vivos para um Desenvolvimento Sustentado. CESP (trad.), São Paulo, 1984.

UICN - **Parks and progress**. Anais do 4o. Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas. Reino Unido, 1993.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VEROCAI, I. **Vocabulário Básico de Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: SEMA, 1997.

ANEXO

Roteiro entrevista semi-estruturada

1. Comunidades tradicionais – quilombolas

Há quanto tempo existe a comunidade?

Há quanto tempo você mora na comunidade?

O que motivou a escolha do nome da comunidade?

Como ela se formou?

Ao longo dos anos quais foram as principais mudanças sofridas pela comunidade

Qual a pessoa mais antiga da comunidade?

Em média, quantos habitantes moram aqui?

A maioria dos moradores são jovem ou velhos / Mulheres ou homens?

2. Organização social

Existe algum grupo organizado na comunidade (associação de moradores, produtores)

Em caso afirmativo, esse grupo se reúne com que frequência?

Quem é o presidente deste grupo/associação?

As decisões são tomadas de forma coletiva?

3. Serviços Públicos

3.1 Educação

Existem escolas na comunidade?

As escolas existentes atendem as necessidades da comunidade ou é necessário se deslocar para estudar?

3.2 Saúde

Como se dá o atendimento médico na região? Há postos de saúde, agentes comunitários?

3.3 segurança

Você se sente seguro no local onde vive?

Existem registros de violência na comunidade?

4. Economia

Qual a principal fonte de renda das famílias?

4.1 Trabalho

Quais os tipos de trabalhos disponíveis para as pessoas da comunidade?

Há empregos suficientes para os moradores?

Os jovens permanecem na comunidade ou buscam trabalho em outra região?

4.2 Atividades extrativistas

Existem atividades extrativistas na região? Em caso positivo quais são elas?

O extrativismo da piaçava é comum na comunidade?

Quem costuma fazer a coleta da piaçava?

De quem são as áreas onde ocorre a coleta?

São áreas plantadas ou nativas

Em sua maioria essas áreas são grandes ou pequenas?

Ao longo do tempo essas áreas sofreram mudanças?

4.2.1 Beneficiamento

A piaçava sofre algum beneficiamento antes de ser comercializada?

Quem é responsável por este beneficiamento?

Como ocorre a comercialização do produto?

4.3 Artesanato

Qual a fonte e como se dá a obtenção da matéria prima?

Os artesões participam de cursos de qualificação

Em sua maioria os artesões são homens ou mulheres

Quais são as ferramentas utilizadas na produção

Como são comercializados os produtos?

Alem do artesanato os artesões tem outra atividade como fonte de renda?

4.4 Turismo

Existe atividade turística na comunidade?

Em sua opinião quais são as potencialidades e fragilidades desta atividade

5. Meio Ambiente

Qual a importância da floresta para você e para a comunidade

Você sente a necessidade de conservar o ambiente natural existente na região?

Há ou já houve algum trabalho de Educação Ambiental na comunidade?

Por que não tirou a floresta para plantar piaçava?

Você identifica alguma espécie que esteja ameaçada na região?

A caça é uma prática frequente na comunidade?

Quando ocorre, a caça é para alimentação ou para o comércio?

6. Programas sociais

Existe algum programa social sendo desenvolvido na comunidade?

7. Manifestações culturais

Quais as manifestações culturais existentes na comunidade

Existe a preocupação de transmitir essa cultura aos mais jovens?

Você conhece alguma historia mística que aconteceu aqui (boitatá, caipora, etc.)